

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA REDE ESTADUAL REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2025

No dia treze de abril de dois mil e vinte cinco, a assembleia da rede estadual de educação do Rio de Janeiro realizada no Club Municipal na Tijuca/RJ, teve início às 14 horas, com a mesa sendo conduzida pelas diretoras: Helenita Beserra, Izabel Costa, Odisseia Carvalho, Rosilene Almeida e Rosimar Silveira. A mesma foi aberta com o ponto de informes gerais e com apresentação da técnica Carolina Cagliano, da subseção do DIEESE-Sepe/RJ, do estudo técnico produzido sobre o PROPAG (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados). Foram sorteadas dez pessoas entre as que se inscreveram para fazer o uso da fala e, após as intervenções, foram encaminhadas à mesa uma série de propostas que se somaram as que foram aprovadas ou destacadas no Conselho Deliberativo da rede estadual. Segue o registro das propostas aprovadas: **CAMPANHA SALARIAL**: Reajuste salarial (duas parcelas e o IPCA de 2024), Garantia dos Pisos Nacionais: Magistério e Funcionários Administrativos e que ninguém receba abaixo do salário mínimos. Ainda na campanha salarial definiu-se que o SEPE deve usar todos os recursos necessários para pressionar a ação do Piso no STF, a produção de camiseta denunciando o descaso do governo Claudio Castro com a Educação "Claudio Castro inimigo da Educação: não paga o piso, não paga reajuste" e trabalhar para derrubada da resolução 6303/24. Foi deliberado sobre o seguinte **CALENDÁRIO DE LUTA**: Assembleia no dia 11 de outubro; ato dia 18/10, na Quinta da Boa Vista, com indicativo de a partir do Conselho Deliberativo de todas as redes do dia 27/09 envolver o maior número possível de redes; Indicativo de ação com faixas na Avenida Brasil no dia 15 de outubro ou na véspera, com palavras de ordem e ação integrada com outros atores que possam apoiar (artistas, coletivos, etc.); Indicativo para que cada regional e núcleo faça um "amanhecer em defesa da educação pública", com pelo menos 10 (dez) faixas e espalhar pela cidade, em uma ação/iniciativa coordenada com indicativo que ao final do dia haja uma atividade cultural aberta convocando a categoria e convite aos apoiadores da educação pública para participar do ato. No ponto das **QUESTÕES PEDAGÓGICAS** tivemos as seguintes deliberações: Construção de debate sobre avaliações externas e elaborar uma proposta coletiva com a categoria com base também em uma consulta jurídica (aprovada por maioria); boletim específico com as questões educacionais; promoção de espaços de elaboração de pautas pedagógicas; pautar a derrubada do PL 6303/24; exigir que o recesso de julho volte a coincidir com a rede municipal do Rio; mais concurso para escolas técnicas e curso normal; debate nas escolas sobre violência, bullying, preconceitos sociais, estabelecendo protocolos e acolhimentos da categoria; material (animação/charges) denunciando os erros dos livros da SEEDUC; plenária/ato com entidades estudantis e ligadas à educação para discutir o NOA e pedir audiência específica à SEEDUC, com a presença de todos; promoção de amplo debate e reflexão sobre a política antipedagógica e a teatralização da aprovação automática na rede; produção de cartazes e materiais impressos a partir do acumulo realizado no GT; orientação aos profissionais de educação para encaminharem ao Sepe-RJ denúncias e informes sobre aplicação das NOAs, assim como, pressões para inflar os índices de aprovação para auxiliar o enfrentamento desse ataque; abertura de formulário on-line para receber denúncias (com imagens ou vídeos dando a possibilidade do anonimato) para criar materialidade de improbidade administrativa relativa aos gastos da SEEDUC, criação de um canal do SEPE para receber denúncias sobre assédio, especialmente, em relação ao NOA. Decidiu-se constituir dois GTs (grupos de trabalho): um para as questões pedagógicas e outro para as questões funcionais. Sobre o **PROPAG** as deliberações foram: referendo da proposta aprovada em reunião da direção do Sepe-RJ no que determina a divulgação dos pontos críticos do programa; denunciar a retirada dos royalties do petróleo da Previdência Social; ato na ALERJ com aposentados sobre a Previdência e solicitar audiência com Comissão de Servidores ainda em setembro ou começo de outubro; denunciar a venda de Imóveis (patrimônio do Estado); há não incidência com despesa de pessoal (reposição salarial) e construção de um seminário sobre organização de uma atividade na Alerj (pressão) por conta do projeto dos royalties do petróleo e do orçamento 26. O SEPE deve organizar um seminário sobre reforma administrativa e lançar as seguintes **CAMPANHAS**: a. Campanha de combate ao assédio moral e sexual nas escolas; b. Campanha sobre a REFORMA ADMINISTRATIVA com ampla mobilização; c. Campanha de setembro amarelo fazendo relação com o adoecimento psicológico da categoria; d. Campanha permanente denunciando feminicídio e demais violências que educadoras sofrem que impactam diretamente nos índices de violência contra a mulher; e. Campanha de Denúncia do fechamento de escolas noturnas EJA com faixas e demais materiais incluindo material impresso para distribuir nas escolas. No que

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA REDE ESTADUAL REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2025

diz respeito a **MIGRAÇÃO** a categoria deliberou que: o SEPE vai solicitar informações sobre o número de professores excedentes na rede estadual, vai questionar à SEEDUC sobre a permissão para a remoção, inclusive de professores recém-migrados e sobre a situação dos alunos que, ao escolherem a escola por meio do Matrícula Fácil acabam solicitando mudança de turno ou escola logo em seguida. Esse processo gera uma série de problemas, incluindo o fechamento de turmas; o sindicato vai solicitar a ampliação do direito à migração aos Docs II; O SEPE vai acompanhar chamada para migração de professores de Espanhol; O SEPE vai questionar a SEEDUC sobre a suspensão da desclassificação por não ter publicação da acumulação em D.O; caberá a direção do SEPE procurar deputados da ALERJ, solicitação de um Parecer do jurídico do Sepe sobre a legalidade da migração do DOC II; distribuir carta aos deputados sobre as pendências e injustiças do processo de migração e sobre a situação específica de DOC II (fora da migração e com salários ainda com 16t), criar do GT de Migração além de provocar a aceleração da migração na rede estadual. No que diz respeito ao **EJA** a assembleia deliberou que o SEPE vai realizar um Encontro da EJA para debater as Diretrizes Nacionais, divulgar a EJA e reativar o seu GT (convidando estudantes, profissionais, movimentos sociais, universidades e Fórum EJA) e realizar o “Dia do EJA”. Ao se debruçar sobre o tema das **PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS** a assembleia deliberou que será realizado um levantamento dos servidores que fazem parte da CGE e equipe de sindicância para responsabilizar o tratamento e resultado dos PADs; seja relançado o relatório que denuncia as sindicâncias da SEEDUC como instrumento de perseguição política; o SEPE vai assegurar o cumprimento do estatuto que estabelece que profissionais perseguidos diante do corte de salário receberão apoio financeiro do sindicato de forma ágil. Ao se debruçar sobre o tema da **VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES ESCOLARES** a assembleia decidiu que haverá atendimento de saúde mental específico para os profissionais das áreas conflagradas; o sindicato vai cobrar que os governos garantam que aja prioridade total à preservação da vida dos estudantes e profissionais da educação; será cobrado a publicização do protocolo de segurança da SME e SEEDUC para os momentos de violência nas áreas conflagradas, assim como a construção de projeto de protocolo de segurança eficaz construído em parceria com as comunidades escolares. No que diz respeito ao **departamento jurídico** foram aprovadas as seguintes propostas: Seminário sobre assédio e perseguições políticas; indicativo de uma reestruturação do jurídico (equipamentos, equipe e espaço); ação judicial que garanta o pagamento do 1/3 de férias sobre os 45 dias (recesso + férias) conforme legislação do estado; efetivar atualização das ações do judiciário e defesa DO PL 2531/21. Foi aprovado também que a secretaria de aposentados deve produzir uma cartilha sobre reforma previdenciária e a subseção do DIEESE deve produzir um estudo sobre FUNDEB. Com relação a organização dos Conselhos deliberativos o aprovado foi que o mesmo aconteça na antevéspera das assembleias gerais e o SEPE deve reivindicar a concessão de abono de ponto para participação para que os representantes possam participar dos CR (Conselhos de Representantes). O SEPE deve orientar a organização de um dossiê sobre entrega de mobiliário com fotos, vídeos, entre outros para denúncia política em vista ao superfaturamento. Foi ainda deliberado um indicativo de negociação da dívida do SEPE Central com o SEPE Maricá. Foram aprovadas as seguintes moções registradas abaixo e mais três que seguem anexadas: moção de Solidariedade à Flotilha Global Sumud que tenta romper o cerco à Faixa de Gaza para levar medicamentos e alimentos para Gaza. São pessoas de 44 (quarenta e quatro países). Que o Sepe assine o abaixo-assinado em apoio à Flotilha e nota de repúdio ao PLC 40/2025 de Claudio Castro, enviado para a Alerj. Esse PLC visa vender para a iniciativa privada cerca de 40 imóveis do estado, muitos ocupados por movimentos sociais, como movimentos de ocupação e luta por moradia e habitação. As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos a assembleia foi encerrada e a presente ata registrada. Ela segue assinada pelas diretoras que conduziram a assembleia.